

JUVENTUDE NEGRA E LITERATURA: POR UM ERGUER DE VOZES EM SALA DE AULA

Cristina Cristo Alcântara do Nascimento¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma investigação sobre a influência da literatura infanto-juvenil na construção das identidades de adolescentes negros do Ensino Fundamental II, numa escola estadual de Alagoinhas, na qual se observa um público de maioria negra, cuja relação é de aparente igualdade racial, mas que sinalizam em suas livres narrativas certa resistência em se autodeclarar negros. Ou seja, ao que parece, os estudantes não se reconhecem enquanto negros, o que pretendemos identificar através da literatura infanto-juvenil voltada para tais questões (afirmação/negação identitária). Interessa-nos, portanto, identificar as produções literárias infanto-juvenis mais recentes oferecidas pelo PNBE, que possibilitem a afirmação identitária negra através dos seus personagens. Nossas questões centrais, são: quais livros literários infanto-juvenis, dentre o acervo da escola do PNBE, apresentam personagens negros como protagonistas? Trata-se de obras que possibilitam a afirmação identitária dos alunos? Caso sim, em qual aspecto, especificamente? Até onde a linguagem literária pode contribuir para que os/as jovens expressem as vozes silenciadas no cotidiano da sala de aula? A pesquisa adotará uma abordagem de base bibliográfica e de natureza qualitativa, com levantamento da produção literária existente e contará com a pesquisa-ação, aliando teoria à prática em busca de investigar possíveis relações entre as vozes desses jovens e a dos personagens negros. Contaremos com os aportes teóricos de autores como Hall (2003), Moore (2007) e Mbembe (2016) para subsidiar as discussões relacionadas às diásporas negras, ao racismo à brasileira e a cultura na formação da identidade negra; Maria Anória J. Oliveira (2003), Daniela Galdino (2019), Maria Nazaré M. Lima (2015), Débora Araújo (2019), Eliane Debbus (2019), para direcionar os estudos étnico-raciais no âmbito da escola e da literatura negra infanto-juvenil e Sara da Silva Pereira (2019), para dar suporte aos estudos sobre os impactos da lei 10.639/03 no

acervo do PNBE. Pereira (2018), Kleiman (1995) e Street (2014) para identificar as práticas de letramentos sociais e a contribuição da escola na construção dessas identidades. Aparecida de Jesus Ferreira (2015), para discutir sobre letramento racial crítico e, letramento da reexistência, Ana Lúcia Souza (2011). Esperamos, por meio desse estudo, compreender mais o universo da juventude negra e re/aprender a redimensionar as linguagens da reexistência, em consonância com os marcos legais, a Lei 10.639/03, partindo da produção literária infanto-juvenil e documentos afins, a saber: as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), Plano Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais (2009) e o Estatuto da Igualdade Racial (2012).

Palavras-Chave: Literatura infanto-juvenil. PNBE. Linguagens da reexistência. Letramentos. Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Estabelecer os primeiros contatos com o campo de pesquisa em um momento que coincide com o início de uma guerra contra um inimigo invisível que ameaça a saúde mundial — um vírus que forçou o mundo a parar e simultaneamente buscar uma arma em comum: a cura, através da vacina. Este é o panorama no qual a presente pesquisa se encontra. E trago para a cena deste trabalho uma reflexão sobre o momento devastador pelo qual fomos todos surpreendidos, para trazer para o centro das discussões a conhecida invisibilidade de uma camada da população brasileira que conhece muito bem o que é a vida em isolamento social, em uma quarentena que está longe de chegar a um desfecho exitoso. Para estes, passar por privações materiais, viver isolados e esquecidos na invisibilidade não é algo novo.

Em tempos de pandemia, o que mais se ouve falar em chão brasileiro é que “estamos nos reinventando, iremos sair melhores, seremos outros”. Refletiremos melhor sobre os problemas em comum, e quem sabe pensaremos mais no outro? Há uma visível esperança de que mudanças se operem no quesito *humanidades*. Porém, ao olharmos atentamente, vemos que estamos diante de uma sociedade dominada por

uma política que, diante do mapa de morte que vem se assolando, não tem o menor escrúpulo ao mostrar claramente qual é o seu verdadeiro propósito: decidir quem deve viver e quem deve morrer, tornando tão atual o conceito de Necropolítica de Achille Mbembe (2016) a partir da teoria foucaultiana sobre Biopolítica. A violência do capitalismo mais uma vez deixa cair a sua máscara, por mais que se tente esconder em outra: a máscara do assistencialismo, do prestador de socorro (a quem eles estão socorrendo mesmo?). Os mais afetados por esta ameaça, no entanto, continuam sendo alvo do macabro investimento no controle dos corpos.

Imersas neste cenário, pretendemos apresentar os percursos da nossa pesquisa, que, inevitavelmente, se vê atingida por essas forças que se opõem — de um lado a luta pela vida, pela sobrevivência e do outro lado, a violência de um governo neoliberal que traz à tona a face desumana e perversa dos que protagonizam o status de chefes de Estado.

Mas, afinal, onde se encaixa esta pesquisa, uma vez que seu enfoque está na investigação das vozes silenciadas da juventude negra na escola, pelo viés da literatura? Conforme ressalta Pereira (2018) a respeito do método, é necessário ao pesquisador a convicção de que são os sujeitos da pesquisa que irão conduzi-lo/a ao método e não o contrário, ou seja, são os nossos parceiros de pesquisa os protagonistas; a eles é proporcionada a oportunidade de aquisição de uma língua. Logo, entendemos que toda a história vivida e as transformações pelas quais eles passam, irão influenciar diretamente nos rumos da pesquisa.

Além disso, nossos estudos se constroem sob o prisma da Crítica Cultural que, por sua vez, lida com a tecnologia dos signos. E não se pode deixar de destacar nestes estudos a influência derridariana, quando o teórico propõe uma estratégia geral de desconstrução, o que significa desconstruir a oposição, invertendo a hierarquia; essa oposição — e o próprio racismo é um exemplo disso — ou binarismo, existe para reforçar as hierarquias, em uma relação de poder de uns sobre os outros; e enquanto crítico literário precisamos, ao estudar o objeto, submetê-lo a esse deslocamento do binário, para assim evitar o essencialismo

cristalizado, os valores que estão impregnados na sociedade. Logo, é fundamental esse olhar para os sujeitos envolvidos através deste entre-lugar, do qual se pretende fazer emergir as vozes dos protagonistas, que no caso em questão trata-se de jovens negros e negras, levando-se em conta a possibilidade de, através da literatura, contribuir para a afirmação identitária. Afinal, de qual lugar esses jovens irão falar a partir de então? De onde suas vozes irão emergir, uma vez que já trazem consigo as marcas de uma história que lhe foi contada pela ótica do opressor, uma ótica brancocêntrica e hegemônica, cuja intenção sempre foi mantê-lo em permanente invisibilidade, numa silenciosa e sórdida quarentena? É possível que este vírus apenas reitere, reforce aquilo que essa camada da nossa sociedade já venha vivendo desde sempre, escancarando para todos questões já existentes: o genocídio (físico e também da alma) de uma massa oprimida por quem, para manter a sua soberania, só entende uma forma de governar.

Por outro lado, interessa-nos rediscutir quais literaturas poderão ser ofertadas para esses jovens na busca de suscitar neles esse erguer de vozes há muito sufocadas, permitindo que se abra fissuras nos conceitos engessados que lhes foram transmitidos desde sempre. Sobre isso, bell hooks (2019) faz uma importante reflexão sobre a autorrecuperação, quando descarta essa noção de que o “eu” existe em oposição a outro que deve ser destruído e aniquilado, afirmando que:

[...] são precisamente essas vozes que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados. É essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história (HOOKS, 2019, p. 78).

Sendo assim, embora trazendo nessa fala uma narrativa de si, hooks está falando com todos os que ela está representando nessa experiência vivida, nos convidando a transgredir os paradigmas e a recusar a violência histórica à qual o povo negro fora submetido.

Uma vez tendo situado a explanação evidenciarei, a seguir, como se deu o interesse de enveredar pela investigação da literatura negra infanto-juvenil, além de focalizar seu papel para a afirmação identitária de jovens leitores dentro de uma escola pública de Alagoinhas.

DO CHÃO DE CASA AO CHÃO DA ESCOLA: DESCONSTRUIR OU REFORÇAR ESTEREÓTIPOS?

Tomando a escola como um espaço importante para a construção do processo de humanização e não apenas a construção de saberes escolares, espera-se que esse espaço seja fundamental para se compartilhar uma visão positiva das identidades dos atores que compõem a mesma. Mas o que de fato se vê é que, na realidade, apesar dos avanços em relação aos estudos que envolvem educação para as relações étnico-raciais, como as conquistas nos campos teóricos e legais sobre o tema, ainda há muito que se compreender no que se refere às questões raciais na escola, uma vez que, na prática, isto não é algo tão fácil. Para Nilma Lino Gomes (2002), captar essas dimensões simbólicas pelas quais o negro constrói a sua identidade, é algo que deve ser compreendido dentro e fora dos muros da escola. E uma dessas representações simbólicas está na sua relação com o corpo. Sobre isto, ela levanta a seguinte provocação:

Mas como captar as impressões e representações do negro sobre o próprio corpo, articulando-as com as experiências escolares e não escolares? Esta não é uma tarefa fácil, porém não é impossível. Um dos caminhos para a sua realização poderá ser o desenvolvimento de uma escuta atenta, por parte dos educadores e das educadoras, ao que os negros e as negras têm a dizer sobre as suas vivências corpóreas dentro e fora dos muros da escola (GOMES, 2002, p. 41).

Partindo dessa necessidade de escuta atenta às informações que estão impressas nos corpos negros, volto o olhar para a minha própria prática enquanto professora do Ensino Básico da rede pública, questionando-me a respeito do que tem sido feito por mim e pelos demais integrantes da comunidade escolar no sentido de fazer valer os marcos

legais que há quase duas décadas (2003/2020) foram implementados na forma da Lei 10.639/03, e mais que isto, passo a inquietar-me diante do visível silenciamento de uma juventude que, embora aparente uma convivência cordial com os seus pares e até demonstre ignorar as práticas racistas, apresentam uma característica que é praticamente comum a todos: a autonegação.

É importante ressaltar que, a princípio, relutei em levar adiante a temática em questão, a literatura destinada às crianças e aos jovens, por considerá-la bastante discutida, sem nenhum ineditismo para uma pesquisa acadêmica. Mas não demorei a entender o quanto este campo carece de mais estudos, especialmente dentro do contexto da cidade de Alagoinhas. Embora — e felizmente — já possamos contar com um rico referencial teórico sobre o tema, os sujeitos envolvidos são outros e são únicos, ou seja: a experiência que será vivenciada durante a pesquisa certamente será outra e penso que trará novos filamentos, abrindo novas fissuras para a compreensão de outras subjetividades.

E graças a este rico universo de pesquisadores negros, foi que tive a oportunidade de me dar conta de que há questões imprescindíveis para dar continuidade à pesquisa em andamento, e uma delas, dentre muitas, é que a autonegação da criança e do jovem negro pode ter seu início dentro do próprio ambiente familiar e ser reforçada na escola que, por sua vez, ao invés de representar um lugar de agregação, pode tornar-se mais um ambiente de discriminação e de humilhação, quando não possui um olhar cuidadoso e uma escuta atenta aos sinais emitidos pelos alunos e às mensagens que estão sendo veiculadas até mesmo pelo livro didático ou literário. Muitas vezes o que a escola está julgando como indisciplina ou rebeldia, nada mais é do que uma linha de fuga (ou quem sabe uma linha de resistência), uma válvula de escape para o que está de fato oprimindo esses jovens que, à sua maneira, tenta talvez fazer ouvir a sua voz sufocada.

Ao observar essa juventude negra e pensar sobre a literatura infanto-juvenil a ela ofertada na atualidade e em especial após a implementação da Lei 10639/03, reporto-me à criança negra e leitora que

fui, penso na literatura que me foi ofertada, procuro nelas as personagens negras (e/ou não-negras) e o que elas tinham para me dizer. Concluo, nessa “viagem”, que uma das leituras que mais me marcou foi de autoria de Monteiro Lobato, “As Reinações de Narizinho”, uma coletânea de contos, consagrado como um dos melhores livros do autor. Ao elencar as personagens, percebo que minha admiração era totalmente voltada para a Narizinho, personagem branca, protagonista e representante da privilegiada classe média da época.

Também relembro que, até na peça teatral que a professora propôs como trabalho escolar, eu pedia para fazer o papel de tal personagem, Narizinho. Hoje me dou conta da violência a que fui submetida, ao ser representada na literatura — que era feita “para mim” — por pessoas em situação de subalternidade, de inferiorização e humilhações frequentes, e que por esse motivo eu me envergonhava de tais personagens. E como professora e pesquisadora, descubro, ao iniciar a pesquisa de campo, que o autor supracitado (e suas tradicionais personagens) é um dos autores que permanecem no acervo de literatura infanto-juvenil oferecido pelo PNBE, mesmo após a instauração da referida Lei.

Enfim, muitas lacunas ainda estão abertas, posto que se trata de uma pesquisa em andamento, e ainda que se conclua uma etapa, continuará em sua incompletude. Mas é fundamental que não se perca de vista a noção de diáspora negra em nosso contexto, como pontua Stuart Hall (2005), para quem a identidade negra é atravessada por outras identidades, mas que é possível (e necessário) que se promova esse deslocamento do poder para outros centros, formado o que ele chama de sociedade tardia, um devir negro que está a formar-se ainda. E isto só será possível se soubermos primeiramente quem somos, pois “é somente pelo modo como representamos e imaginamos nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos” (HALL, 2003, p. 346).

LITERATURA INFANTO-JUVENIL E LINGUAGENS DA RE-EXISTÊNCIA: QUEM JÁ FALOU SOBRE ISSO?

A partir dos pressupostos teóricos levantados até o momento da pesquisa, pretendo apresentar um estado da arte, elencando os principais autores que pesquisaram e ainda pesquisam a respeito da literatura negra infanto-juvenil e a sua importância na afirmação identitária das crianças e adolescentes em idade escolar, argumentando em que sentido estas fontes estão contribuindo para a compreensão do meu objeto.

Em sua dissertação de Mestrado, Maria Anória de Jesus Oliveira (2003) apresenta a interpretação de produções literárias publicadas entre 1979 e 1989, evidenciando a presença ou ausência de personagens negros nas obras pesquisadas, constatando se houve inovação quanto à caracterização de tais personagens, problematizando sobre essas representações e a sua influência na afirmação identitária dos seus leitores. A obra traz uma base de fundamental importância para a minha pesquisa, pois demarca o panorama da literatura negra infanto-juvenil do final do século XX e certamente será uma importante contribuição nos estudos comparativos dos personagens negros nos últimos anos, além de contribuir com importantes eixos teóricos e estruturais que deverão sustentar meus estudos.

Sobre a análise das obras literárias infanto-juvenis, a tese de Doutorado de Débora Cristina de Araújo (2015) investigou a maior política educacional de distribuição de livros a bibliotecas de escolas públicas brasileiras, o PNBE, com o objetivo de interpretar como as relações internas dentro das instituições que gestam e executam o Programa podem influenciar a composição dos seus acervos, no que se refere à diversidade étnico-racial e à qualidade literária. Ainda sobre este aspecto, Daniela Galdino (2019), em sua tese, estuda o lugar da literatura infanto-juvenil no ensino de história e cultura afro-brasileira considerando o caráter afirmativo da Lei 10.639/03 ao analisar tal política nos acervos do PNBE. Os trabalhos contribuirão com a pesquisa em andamento no sentido de apresentar uma análise de obras literárias infanto-juvenis

ofertadas pelo PNBE no período pós Lei 10639/03, identificando a sua relevância no trato das questões étnico-raciais na escola.

Sabendo da dimensão simbólica do corpo e o cabelo do negro e como tal dimensão está associada ao processo de inferiorização da condição de ser negro, recorro a Nilma Lino Gomes (2002) que estabelece uma articulação entre os processos educativos escolares e não-escolares e a construção da identidade negra. Discutem-se as representações e as concepções semelhantes, diferentes e complementares sobre o corpo negro e o cabelo crespo, construídas dentro e fora do ambiente escolar, a partir de lembranças de adolescentes e jovens negras entrevistadas durante a realização de uma pesquisa etnográfica sobre corpo e cabelo como ícones identitários em salões étnicos. O corpo e o cabelo como ícones da identidade negra no processo educativo configura um estudo indispensável para entender os estereótipos e combatê-los; tal estudo, aliado à análise dos perfis dos personagens negros presentes nos textos literários serão ferramentas importantes na busca de caminhos para a compreensão do objeto de pesquisa e possível contribuição para novos rumos das relações étnico-raciais na escola.

Em sua dissertação, Sara da Silva Pereira (2019) apresenta um importante estudo que analisou como crianças com idade entre 3 e 4 anos experienciam processos de leitura, contação e apresentação de livro animado de uma história de literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira. Embora a minha pesquisa tenha o propósito de trabalhar com adolescentes entre 12 e 14 anos, o objetivo final da pesquisa coaduna com as ideias da pesquisadora estudada, especialmente no que se refere à prática da escuta atenta e sensível das vozes dessas crianças sobre suas inquietações e suas impressões acerca das questões identitárias.

Daniela Maria Segabinaz (2017) investiga em seu artigo as recentes publicações em que princesas negras são protagonistas nos enredos literários. Realiza uma análise comparativa entre os contos de fadas, do século XIX, e as narrativas contemporâneas, particularmente Cinderela e

Chico Rei (2015), a partir de um estudo acerca dos elementos estéticos que constituem essas obras, como a originalidade das temáticas que as norteiam e os textos visuais que apresentam. Trata-se de uma contribuição de grande relevância para esta pesquisa, uma vez que discute textos contemporâneos de temática étnico-racial, mas que trazem protagonistas que representam papéis questionáveis, levantando indagações sobre os perigos de um racismo cordial e velado dentro da literatura, que ao invés de promover uma reafirmação identitária, reforça estereótipos.

Débora Oyayomi Araújo (2017) investigou os discursos produzidos por crianças e professoras, a partir de obras literárias infantis com personagens negras. Sua pesquisa baseou-se na análise discursiva produzida por meio da articulação de três grandes eixos: a literatura infantil presente no espaço escolar, a sua utilização em aulas e as relações raciais. Esse trabalho, construído a partir das experiências do chão da escola, contribuirá para a pesquisa em andamento, pois investiga justamente as desigualdades na caracterização das personagens negras em relação às brancas, o que faz da literatura um dos maiores fomentadores do preconceito racial no Brasil.

Para tratar da diáspora negra e as suas relações de cultura e pós-colonialidade, Stuart Hall (2003) apresenta doze ensaios e duas entrevistas que percorrem questões como a discussão da identidade cultural, da questão racial e do racismo, a contestação à hegemonia cultural na sociedade midiática e de consumo e o diálogo com correntes contemporâneas de pensamento sobre cultura. A pesquisa empreendida encontra em Hall um importante suporte no que se refere às discussões sobre questões identitárias, atreladas ao racismo, comparando-o com o contexto de outras sociedades pós-coloniais, trazendo a identidade brasileira para o centro do debate político-cultural.

Em seu livro intitulado *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon (2008) discute sobre a negação do racismo contra o negro na França; aborda o pensamento da Diáspora Africana, o pensamento da descolonização, do pensamento psicológico, da teoria das ciências, da

filosofia e da literatura caribenha. O autor trata também da ideologia que ignora a cor, e como ela pode apoiar o racismo que nega — pensamento que causou grande turbulência nas décadas de 1960 e 1970. O livro busca aguçar o senso crítico sobre o racismo e seus impactos. Apresenta uma discussão profunda sobre a negação do racismo e a emergência no processo de descolonização, o que dialoga diretamente com o problema apontado na pesquisa em questão, provocando um convite à reflexão sobre a necessidade de mudanças de paradigmas nas relações étnico-raciais no Brasil.

Achile Mbembe (2016), em *Necropolítica*, um ensaio que discute e atualiza o conceito de “biopoder” de Michel Foucault o qual, segundo ele, se exerce por meio da guerra pelo poder, o direito de matar, dialoga com as concepções de teóricos como Hegel, Bataille e Hannah Arendt explorando a relação do biopoder com noções de soberania e o estado de exceção (conceito discutido em relação ao estado Nazista, ao totalitarismo e aos campos de concentração). Utiliza-se do termo “Campos de morte” como a metáfora central para a violência soberana destrutiva e último sinal de poder absoluto do negativo. O texto relaciona-se com o nosso objeto de estudo, uma vez que aponta a escravidão como uma das primeiras instâncias da experimentação da biopolítica; condição que representou uma tripla perda: lar, corpo (direito sobre ele) e status político, ou seja, a “morte social” do indivíduo; e o projeto, por sua vez, objetiva a experimentação de uma prática pedagógica que desconstrua essa visão de subalternidade possibilitando, através da leitura, uma descoberta da riqueza e da potência do povo negro, e sua capacidade resistência e re-existência à dominação.

Para tratar dos aspectos relacionados aos letramentos identitários, contarei com os aportes teóricos de autores como Ana Lúcia Silva Souza (2011) que aponta uma importante reflexão sobre letramentos, identidades, cultura da juventude, com destaque para a juventude negra e o movimento hip-hop como agência de letramento fora da escola, mas apontando uma possibilidade de articulação com o letramento que se tenta fazer dentro dela; e Áurea Pereira (2018), cujo livro se concentra na

identificação das trajetórias de vida associadas ao contexto sociocultural da localidade de Saquinho, Bahia; suas experiências educacionais na comunidade, na família e na escola e as práticas culturais vinculada aos letramentos construídos nas esferas pública e privada. Embora a autora tenha como objeto de estudo o letramento de mulheres idosas, a obra contribui para a pesquisa no sentido de compreender as vozes silenciadas e identificar a pluralidade de letramentos presentes nos espaços mais inferiorizados da sociedade.

IDENTIDADES NEGRAS E LITERATURA: O QUE PODE TER MUDADO APÓS A LEI 10639/03

É inegável que a implementação da Lei 10. 639/03 representa um grande avanço nas políticas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais em nosso país. E isso se deve a décadas de lutas travadas por grupos como o Movimento Negro, conselhos estaduais entre outros militantes da causa. Porém, esta Lei, que trata da obrigatoriedade dos estudos da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas brasileiras, tem encontrado muitos obstáculos, que vão desde a gestão de material didático até a formação de professores. Conforme afirma Maria Nazaré de Mota Lima (2015),

a vigência da LDB com as alterações decorrentes das Leis 10.639/03 e 11.645/08 implica posicionamentos, reflexões, práticas que, muitas vezes, são nada ou pouco conhecidas pelos professores/as, responsáveis diretos, mas não únicos, pela mediação, a fim de que os conhecimentos de que trata a LDB sejam produzidos e disseminados no contexto escolar. [...] Como podem os educadores/as, porém, abordar temas como racismo, preconceito, discriminação racial se não possuem informação a respeito? Se acreditarem que a questão, não é relevante ou inexistente? (LIMA, 2015, p. 85-86).

Sabe-se que o trabalho de formação de professores na dimensão dos estudos étnico-raciais também é recente em nosso país; sabemos também que, para além da formação profissional, a incorporação de tais

estudos deve passar necessariamente pelo reconhecimento da própria história e da identidade por parte do educador/a, ou seja, é preciso considerar em que medida esse professor/a está consciente das suas questões de identidade, raça e gênero. Nós, educadores, antes de qualquer formação acadêmica, precisamos definir o nosso pertencimento, para então discutirmos as possibilidades de instigar o outro a pensar sobre a sua afirmação identitária também.

Sobre isso Araújo (2017) acrescenta que, além do desconhecimento, por parte dos educadores, dos motivos que levaram à aprovação de uma lei com tal perspectiva, o racismo (in)consciente acaba por gerar manifestações contrárias que prejudicam a efetiva implementação da Lei. Segundo ela, “dentre as resistências, impera o discurso: ‘por que não se fala também da história dos italianos, dos japoneses, dos alemães, etc.’” Isso mostra o quanto a escola precisa estar consciente da sua responsabilidade no combate a todas as formas de discriminação, mas que para isso nós, professores/as, precisamos ter consciência da nossa subjetividade, saber de onde viemos e quem somos, para então termos forças suficientes para colaborar com a quebra de paradigmas e reexistir em consonância com os nossos educandos, ou seja, saber para onde queremos ir.

Quanto às obras de literatura infanto-juvenil de temática africana ou afro-brasileira, pesquisadas em momentos posteriores à implementação da Lei 10.639/03, pode-se notar, com base no referencial teórico estudado até o momento, que embora tenha ocorrido alguns avanços na qualidade da produção literária, no tocante ao protagonismo dos personagens negros, o número de obras com estas características é ainda muito inferior ao das obras com personagens brancos como protagonistas. Como exemplo, trago o relato de uma das mais recentes pesquisadoras sobre o tema, Sara da Silva Pereira (2019) que, ao analisar o acervo das obras literárias oferecidas pelo PNBE para a escola por ela pesquisada, constata que:

[...] pelo menos no acervo de livros de literatura infantil da instituição, ela (a diversidade étnico-racial) não está bem representada, pois há livros disponibilizados às crianças que apresentam imagens estereotipadas de personagem negro. Sendo assim, não estamos garantindo à criança o direito à diversidade que valoriza a diferença, uma vez que a identidade negra aparece na literatura disponível em pequeno número e algumas apresentando negros negativamente (PEREIRA, 2019, p. 63).

Associando estas análises aos meus estudos e ao fazer o levantamento (ainda inconcluso) da literatura negra infanto-juvenil ofertada pelo PNBE na escola pesquisada, já começo a perceber a carência de obras consideradas inovadoras no mercado editorial em relação à construção de personagens negros. É importante salientar que, para considerar uma obra inovadora quanto à temática abordada, baseio-me nos aspectos elencados por Oliveira (2010), a saber: “o papel de destaque desempenhado pelos protagonistas negros; a relação destes protagonistas com outros personagens em diferentes situações e espaços sociais; as descrições que retratam a valorização fenotípica dos protagonistas, realçando a beleza negra”; o enredo com perspectivas outras, inserindo temáticas que vão além da discriminação racial, evidenciando questões como a resistência negra e a religiosidade de matriz africana.

Outro aspecto que me chama atenção nesse levantamento é o fato de a maioria das editoras e dos autores adotados pelo PNBE serem considerados consagrados no mercado. Editoras étnicas, como Mandylala e Mazza, que são voltadas para escritores negros que destacam personagens negros de um lugar valorizado, raramente aparecem no acervo. Além disso, obras literárias tradicionais, que representam comprovadamente o “racismo à brasileira”, são mantidas no acervo, a exemplo das obras lobatianas.

O propósito deste estudo, no entanto, não é excluir o mérito dos grandes nomes da literatura infanto-juvenil, mas sim investigar quais literaturas oferecidas aos estudantes irão possibilitar essa afirmação

identitária, cumprindo também com o que propõem os marcos legais. E por outro lado, identificar quais dessas literaturas estão, ao contrário do que a lei exige, reforçando estereótipos e promovendo a manutenção do racismo, e o que é pior: um racismo à brasileira, que alimenta o mito da democracia racial quando aparece disfarçado de não-racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a reflexão que dá início a este artigo, volto a pensar no meu sujeito de pesquisa a partir do lugar em que ele pode estar neste momento de pandemia. E precipito-me ao concluir que talvez esse lugar não seja tão novo assim para ele. Um lugar de confinamento e invisibilidade, de incertezas e ameaças de morte constantes. O vírus só veio a intensificar o que na realidade já existia, o racismo.

Mas se por um lado o vírus intensificou o medo, as desigualdades, o abandono, isto pode nos instigar a tentar ressignificá-lo, porque é diante das ameaças que se deve intensificar as lutas, a resistência, o enfrentamento para desmontar as estruturas construídas politicamente em seus intentos de silenciar cada vez mais as vozes interdidas nas margens. E a literatura pode ser o gatilho para um contágio positivo, que poderá fazer emergir nesses alunos uma língua, despertando neles este devir negro. Mas ao mesmo tempo há o perigo de uma literatura que seja capaz de fazer exatamente o contrário, aniquilar o corpo já sofrido e dominado, convencendo-lhe a render-se às verdades construídas sob a ótica do dominador. Por isso faz necessário a análise criteriosa e crítica das obras que levamos para a sala de aula.

Logo, chego a esta etapa da pesquisa ciente da complexidade que envolve a investigação de uma literatura que ofereça para as crianças e adolescentes negro/as a oportunidade de reconhecer-se como tal, mas em uma perspectiva positiva, desconstruindo os estereótipos que estão entranhados em suas vidas há gerações, e cuja manutenção é o propósito de uma sociedade que se vale desse racismo estrutural para garantir a sua soberania.

REFERÊNCIAS:

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Braz, Georgina Martins. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2002.

KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras. 1995.

LIMA, Maria de Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Temáticas. Arte & Ensaios, n. 32. *Revista do ppgav/eba/ufrrj*. Trad. Renata Santini. Dezembro de 2016.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte. Mazza Edições. 2007.

NASCIMENTO, Daniela Galdino. *O terceiro espaço: confluências entre a literatura infanto-juvenil e a lei 10.639/03*. Orientadora: Profa. Dra. Florentina da Silva Souza. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro- Orientais, 2019.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação de mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação em Letras da UNEB. 2003.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. (2008). *Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros*. In: Congresso internacional da ABRALIC, XI, USP-São Paulo. 2008.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. (2010). *Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique (2000-2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes*. João Pessoa: [s.n.], 2010. (Tese de Doutorado. Orientador: José Helder Pinheiro Alves)

PEREIRA, Áurea da Silva. *Letramentos, empoderamento e aprendizagens*. Campinas. Mercado das Letras. 2018.

PEREIRA, Sara da Silva. *A Literatura Infantil de temática africana e afro-brasileira: com a palavra as crianças: “eu so peta, tenho cacho, so linda, ó!”*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press. 1984.